Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 27 de junho de 2024
Ano CVII ● Número 29.639
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

PLANOS DE SAÚDE E O PROJETO NA CÂMARA

Os 26 anos da Lei e regulamentação e práticas abusivas no setor.
Por Paulo Bittencourt, **página 2**

DECISÃO DO STF SOBRE CORREÇÃO DO FGTS

Atualização pelo IPCA protege poder de compra dos trabalhadores.
Por Cassius Leal, **página 2**

QUÊNIA ABANDONA IMPOSTO, MAS NÃO FMI

Fundo quer cortes, arrocho salarial e privatizações – como sempre.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

Brasil condena tentativa de golpe de Estado na Bolívia

O governo brasileiro divulgou nota oficial condenando "nos mais firmes termos" a tentativa de golpe de Estado em curso na Bolívia. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, a ação é uma clara ameaça ao Estado democrático de Direito no país.

"O governo brasileiro manifesta seu apoio e solidariedade ao presidente Luis Arce e ao governo e povo bolivianos. Nesse contexto, estará em interlocução permanente com as autoridades legítimas bolivianas e com os governos dos demais países da América do Sul no sentido de rechaçar essa grave violação da ordem constitucional na Bolívia e reafirmar seu compromisso com a plena vigência da democracia na região", diz a nota.

Mais cedo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a democracia na região. "Como eu sou um amante da democracia, eu quero que a democracia prevaleça na América Latina. Golpe nunca deu certo", disse Lula.

Está em curso uma tentativa de golpe de Estado na Bolívia, denunciou o ex-presidente Evo Morales na rede social X-Twitter: "Apelamos a uma mobilização nacional para defender a democracia face ao golpe de Estado liderado pelo general Zuñiga [ex-comandante do Exército]. Declaramos greve geral e bloqueio de estradas por tempo indeterminado. Não permitiremos que as Forças Armadas violem a democracia e intimidem o povo."

O presidente boliviano, Luis Arce, juntamente com seu Gabinete Ministerial, denunciou a tentativa de golpe de Estado, após o movimento incomum de tropas militares na Praça Murillo, na cidade de La Paz, e apelou ao povo para se organizar e defender a democracia.

"O povo boliviano está hoje convocado, precisamos que o povo boliviano se organize e se mobilize contra o golpe de Estado e a favor da democracia. Não podemos permitir, mais uma vez, tentativas de golpe que ceifem vidas bolivianas", denunciou em mensagem presidencial.

No início da noite, Arce deu posse aos novos comandantes do Exército, da Marinha e da Areonáutica, que convocaram os militares rebelados a voltar aos quartéis.

Acompanhe o desenrolar da tentativa de golpe na Bolívia em monitormercantil.com.br

Marcelo Casal Junior/ABr

Plano Real deixou entulhos que minam crescimento do País

Economista critica intermediação financeira

Os entulhos do período hiperinflacionário, que não foram corrigidos pelo Plano Real, são uma das razões pelo baixo crescimento do país, afirma o economista Roberto Troster. O custo destes entulhos "está aí, com o País crescendo 2% ao ano por causa de um peso que tem que ser carregado. Isso se transformou em menos crescimento, menos educação, menos saúde, menos saneamento e menos infraestrutura", acrescentou Troster, que foi economista-chefe da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), em entrevista exclusiva ao **Monitor Mercantil**.

Entre os obstáculos, "o principal é que a intermediação financeira não se adaptou à moeda estável. Na época da hiperinflação, a intermediação foi muito importante, pois conseguia preservar o valor da moeda nacional e dar crédito de curtíssimo prazo durante as compensações de cheques. Ocorre que a hiperinflação e os cheques acabaram, mas nós continuamos com o mesmo sistema de intermediação", denuncia.

"Todo mundo fala dos benefícios do Plano Real, mas o seu custo é que nós não temos crédito compatível com a sofisticação do sistema financeiro. Isso faz com que tenhamos mais pessoas negativadas, menos crédito e menos crescimento. Se quisermos usufruir do que foi feito pelo Plano Real, nós temos que modernizar isso", explicou. O Plano Real completa 30 anos na próxima segunda-feira. **Página 5**

Dívida fecha maio em quase R$ 7 trilhões

Quase R$ 7 trilhões. Esse é o valor da Dívida Pública Federal (DPF) em maio divulgado nesta quarta-feira pelo Tesouro Nacional. Em abril, a dívida ficou em R$ 6,703 trilhões e em maio, R$ 6,912 trilhões. Ou seja, houve aumento nominal de 3,10% em relação a abril. Segundo o Tesouro, a variação nominal ocorre em razão da emissão líquida de R$ 146,71 bilhões e da apropriação positiva de juros de R$ 61,38 bilhões.

Já a Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi) teve seu estoque ampliado em 3,16%, passando de R$ 6.423 trilhões para R$ 6,626 trilhões, devido à emissão líquida no valor de R$ 147,33 bilhões, e à apropriação positiva de juros, no valor de R$ 55,80 bilhões.

Com relação ao estoque da Dívida Pública Federal externa houve variação positiva de 1,77% sobre o estoque apurado em abril, encerrando o mês de maio em R$ 285,47 bilhões (US$ 54,46 bilhões), sendo R$ 238,17 bilhões (US$ 45,44 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R$ 47,30 bilhões (US$ 9,02 bilhões) relativos à dívida contratual.

Em maio, as emissões da DPF foram a R$ 172,25 bilhões, enquanto os resgates alcançaram R$ 25,54 bilhões, resultando em emissão líquida de R$ 146,71 bilhões, sendo R$ 147,33 bilhões referentes à emissão líquida da DPMFi e R$ 0,62 bilhão, ao resgate líquido da Dívida Pública Federal externa.

O Tesouro Informou ainda que o percentual de vencimentos da DPF para os próximos 12 meses apresentou aumento, passando de 19,07%, em abril, para 20,79%, em maio.

O volume de títulos da DPMFi a vencer em até 12 meses também ampliou de 19,26%, em abril, para 21,05%, em maio. Os títulos prefixados correspondem a 36,67% deste montante, seguidos pelos títulos atrelados a índice de preços, os quais apresentam participação de 33,99% desse total.

O prazo médio do vencimento da DPF apresentou queda, passando de 4,13 anos, em abril, para 4,08 anos, em maio. O prazo médio da DPMFi também diminuiu de 4 anos, em abril, para 3,95 anos, em maio.

Em relação à DPF externa, observou-se o aumento do percentual vincendo em 12 meses de 14,70%, em abril, para 14,78% em maio, sendo os títulos e contratos denominados em dólar responsáveis por 94,26% desse total.

O prazo médio da DPFe apresentou variação negativa, passando de 7,07 anos, em abril, para 7,02 anos em maio. O destaque ficou para os vencimentos acima de 5 anos que respondem por 50,01% do estoque da DPF externa. **Página 3**

Estrangeiros que são MEI aumentam 80% em 5 anos

Ser microempreendedor individual (MEI) tem possibilitado que milhares de estrangeiros sejam incluídos produtivamente e, muitas vezes, recomecem a vida no Brasil de maneira formalizada. É o que aponta levantamento realizado pelo Sebrae com os dados do CPF e do CNPJ. Atualmente, dos mais de 12 milhões de MEIs ativos no país, 76,8 mil são pessoas de diferentes nacionalidades. Entre 2019 e 2023, houve um aumento de 79% na formalização e somente no último ano foram contabilizados 2,6 mil novos microempreendedores estrangeiros (alta de 3,5%), de maio de 2023 a maio de 2024.

As pessoas vindas de países vizinhos da América do Sul estão entre as que mais abriram um MEI para poder atuar no Brasil, representando 60,5% do total de estrangeiros formalizados. Os estrangeiros da Venezuela são quase 16% do total (12,8 mil); seguidos pelos bolivianos, com 13% (9,9 mil); colombianos (7,3 mil) e argentinos (6,3 mil). Haiti (3,6 mil), Uruguai (3,6 mil), Peru (3,3 mil), Paraguai (3 mil), Portugal (2,8 mil) e Senegal (1,8 mil) completam a lista dos primeiros colocados.

As atividades que estão em alta entre os estrangeiros são comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (13,1%) e confecção de peças do vestuário exceto roupas íntimas (9,9%), aponta o levantamento do Sebrae.

Nesta quinta-feira, 27 de junho, é comemorado o Dia Internacional das MPMEs. **Página 4**

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,5211
Dólar Turismo	R$ 5,7180
Euro	R$ 5,8972
Iuan	R$ 0,7603
Ouro (gr)	R$ 409,64

ÍNDICES

IGP-M	0,89% (maio)
	-0,31% (abril)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Lei dos Planos de Saúde e o impacto do projeto na Câmara

Por Paulo Bittencourt

Este mês, a Lei dos Planos de Saúde completou 26 anos, e o Projeto de Lei 7419/2006, conhecido como PL dos Planos de Saúde e em tramitação há 17 anos na Câmara dos Deputados, propõe alterações nesta lei. Essas mudanças visam reformar a regulamentação dos serviços de saúde suplementar no Brasil. Neste contexto, é oportuno refletir sobre o impacto dessas alterações, especialmente no que diz respeito ao cancelamento unilateral dos serviços. Nos últimos meses, o número de queixas de consumidores tem aumentado significativamente, refletindo um cenário de insatisfação e incertezas.

Os cancelamentos unilaterais de planos de saúde são apenas a ponta do iceberg de um problema muito maior. O modelo atual é insustentável, com mais da metade das operadoras trabalhando no vermelho e enfrentando uma explosão de reclamações dos consumidores insatisfeitos com os serviços oferecidos. Este cenário alarmante foi corroborado por uma matéria recente do UOL, que detalha como os prejuízos operacionais e o aumento da sinistralidade (uso dos planos) têm pressionado as operadoras, resultando em cancelamentos mais frequentes e reajustes exorbitantes, principalmente em planos coletivos e empresariais.

O impacto dessas práticas é devastador. Em 2023, o setor de saúde suplementar registrou um prejuízo operacional de R$ 5,9 bilhões, uma melhoria em relação aos R$ 10,7 bilhões negativos de 2022, mas ainda alarmante. A sinistralidade média dos planos foi de 87% no quarto trimestre de 2023, comparado a 84,5% no mesmo período de 2019, pré-pandemia. Os maiores índices de sinistralidade ocorrem nos planos coletivos por adesão, onde mais da metade das operadoras está no vermelho, um aumento significativo em relação a 2019, quando cerca de 20% das empresas do setor operavam no negativo.

> Os 26 anos da Lei e regulamentação e práticas abusivas no setor

O número de reclamações também explodiu. Em 2019, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) recebia uma média de 11 mil reclamações por mês. Em 2023, a média mensal saltou para 29,4 mil, e até abril de 2024, a média já estava em 31,8 mil reclamações por mês, quase o triplo do registrado em 2019. Este aumento reflete um descontentamento generalizado com um sistema que falha em fornecer serviços adequados aos seus beneficiários.

Recentemente, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, anunciou um acordo com as operadoras para suspender os cancelamentos unilaterais recentes relacionados a algumas doenças e transtornos, como os tratamentos de doenças graves e o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Embora essa iniciativa tenha sido recebida como uma boa notícia, ainda não culminou em nenhum acordo formal para reverter os cancelamentos unilaterais ou evitar novos. Isso deixa os consumidores em uma posição vulnerável, sem garantias concretas de que seus planos de saúde serão mantidos.

A situação é ainda mais preocupante quando consideramos a legislação atual. Para planos individuais ou familiares, a legislação proíbe o cancelamento unilateral do contrato, a menos que exista inadimplência ou fraude. No entanto, essa proteção não se estende aos convênios coletivos, que podem ser cancelados a qualquer momento, respeitando apenas algumas regras básicas. Isso cria um ambiente de incerteza para milhões de brasileiros que dependem desses planos para acessar serviços de saúde essenciais.

A insustentabilidade do modelo atual é exacerbada pelo tamanho do rol de procedimentos da ANS, que determina uma lista extensa de serviços e medicamentos que os planos de saúde devem cobrir, incluindo terapias e medicamentos de alto custo. Isso aumenta o risco financeiro para as operadoras, que argumentam não poder negociar preços como o Sistema Único de Saúde (SUS).

É preciso que a legislação seja revista para garantir uma maior proteção aos consumidores e criar um sistema de saúde suplementar mais equilibrado e sustentável. O Projeto de Lei 7419/2006, que tramita há 17 anos na Câmara dos Deputados, propõe mudanças importantes, como a proibição da rescisão unilateral de contratos individuais, coletivos ou de autogestão, exceto em casos de inadimplência. Além disso, sugere a criação de um prontuário digital e de um fundo nacional para financiar terapias de alto custo.

Essas mudanças são urgentes e necessárias. O setor de saúde suplementar carece de uma regulamentação mais rígida que proteja os consumidores e garanta a sustentabilidade das operadoras. A saúde é um direito fundamental e deve ser tratada com a seriedade e o respeito que merece.

Paulo Bittencourt é CEO do Plano Brasil Saúde.

Decisão do STF sobre a nova correção do FGTS

Por Cassius Leal

No começo deste mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por 7 votos a 4, que a correção dos saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deve, no mínimo, acompanhar a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Anteriormente, os saldos do FGTS eram corrigidos pela Taxa Referencial (TR) mais 3% ao ano, mas essa combinação frequentemente ficava abaixo da inflação, resultando em perdas no poder de compra dos trabalhadores. Com a nova regra, caso a TR + 3% não cubra a inflação, a correção será ajustada pelo IPCA, garantindo melhor proteção para os saldos dos trabalhadores.

A mudança no cálculo do FGTS é significativa. Sob as regras anteriores, a TR mais 3% muitas vezes resultava em uma correção inferior à inflação, prejudicando o poder de compra dos trabalhadores. Agora, com a correção mínima pelo IPCA, os saldos do FGTS serão ajustados de forma a garantir que, pelo menos, a inflação seja coberta. Isso significa que o dinheiro dos trabalhadores não perderá valor real ao longo do tempo, proporcionando uma melhor segurança financeira.

É possível que alguns trabalhadores tenham dinheiro no FGTS e nem estejam cientes disso. Isso pode ocorrer principalmente com trabalhadores que mudaram de emprego várias vezes, tiveram diferentes registros de trabalho, ou simplesmente não acompanharam os depósitos feitos por seus empregadores. É essencial que os trabalhadores monitorem seus saldos para garantir que todos os depósitos devidos foram corretamente realizados.

Você pode consultar indo diretamente a uma agência da Caixa Econômica Federal, ou através do RH do seu empregador, mas a forma mais prática e eficiente para consultar o saldo do FGTS é através do aplicativo FGTS, disponível para dispositivos Android e iOS. O aplicativo permite que os trabalhadores acessem seus saldos, verifiquem depósitos, e acompanhem todas as movimentações de suas contas vinculadas ao FGTS. Além disso, o aplicativo oferece notificações sobre novos depósitos e outras atualizações importantes, garantindo que os trabalhadores estejam sempre informados sobre o status de seus fundos.

> Atualização pelo IPCA protege poder de compra dos trabalhadores

Os trabalhadores têm direito a sacar o FGTS em várias situações, incluindo:

Demissão sem justa causa: o trabalhador pode sacar o saldo total da conta vinculada ao contrato de trabalho.

Compra da casa própria: o saldo pode ser utilizado para a compra de imóvel residencial, liquidação ou amortização de dívida, ou pagamento de parte das prestações de financiamento habitacional.

Aposentadoria: o trabalhador que se aposentar pode sacar o saldo total do FGTS.

Doenças graves: em casos de doenças graves, como câncer ou AIDS, o trabalhador ou seus dependentes podem sacar o saldo.

Falecimento do trabalhador: os dependentes ou herdeiros legais podem sacar o saldo.

Rescisão por acordo entre empregador e empregado: em casos de rescisão consensual, o trabalhador pode sacar até 80% do saldo.

Quando compensa fazer esse saque? O saque do FGTS deve ser bem planejado, considerando a situação financeira e os objetivos pessoais do trabalhador. Alguns momentos em que pode compensar fazer o saque incluem:

Compra da casa própria: utilizar o FGTS para aquisição de um imóvel pode ser uma excelente forma de investimento e segurança.

Quitação de dívidas: caso o trabalhador tenha dívidas com juros altos, sacar o FGTS para quitar essas dívidas pode ser financeiramente vantajoso.

Investimento em saúde: em casos de doenças graves, o saque pode ser essencial para custear tratamentos médicos.

A melhor estratégia para utilizar o dinheiro do FGTS varia conforme as necessidades e objetivos de cada trabalhador. Algumas opções a serem consideradas incluem:

Poupança e Tesouro Direto: investir em poupança ou Tesouro Direto pode proporcionar rendimentos mais próximos às taxas de mercado, além de serem opções seguras.

Investimentos diversificados: para quem tem maior conhecimento do mercado financeiro, diversificar os investimentos em ações, fundos de investimento, ou outras aplicações pode oferecer melhores rendimentos a longo prazo.

Educação e capacitação: utilizar os recursos para cursos e qualificações profissionais pode aumentar a empregabilidade e a renda futura do trabalhador.

A decisão do STF sobre a correção do FGTS representa uma melhoria significativa na proteção do poder de compra dos trabalhadores, garantindo uma correção mínima pela inflação. É essencial que os trabalhadores monitorem seus saldos, conheçam seus direitos de saque e planejem cuidadosamente a utilização desses recursos para maximizar os benefícios financeiros. Utilizar o aplicativo FGTS é uma maneira eficaz de manter-se informado e fazer um planejamento financeiro adequado.

Cassius Leal é graduado em Administração de Empresas pela Universidade de São Paulo e fundador da Advys.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Quênia abandona impostos, mas segue com receita do FMI

O presidente do Quênia, William Ruto, anunciou nesta quarta-feira que abandonou as propostas de aumento de impostos, que provocaram protestos em todo o país desde 18 de junho, culminando na invasão do Parlamento nesta terça-feira. Ao menos 23 pessoas foram mortas e cerca de 214 ficaram feridas na repressão.

Ruto desistiu do aumento dos impostos, mas anunciou que o governo iria instituir medidas de austeridade generalizadas e imediatas para reduzir despesas. Sem os novos impostos, disse o presidente queniano, o governo arquivará alguns programas de desenvolvimento no valor de cerca de US$ 1,58 bilhão.

Os aumentos de impostos e cortes nos gastos são receita antiga. O "cozinheiro" permanece: o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em comunicado de imprensa em 11 de junho, 7 dias antes do anúncio da elevação das taxas pelo governo, o FMI sustentou que chegou a acordo com o Quênia sobre a 7ª revisão dos mecanismos de financiamento, crédito e resiliência e sustentabilidade.

As exigências foram feitas pelo FMI para aprovar a libertação adicional de cerca de US$ 3,6 bilhões em fundos como parte do o programa de "sustentabilidade da dívida". O Quênia tem uma dívida externa de US$ 39,2 bilhões, PIB (medida da economia) de US$ 113,4 bilhões (2022, Banco Mundial) e uma população de 47,5 milhões.

O acordo com o FMI exige "medidas para alargar a base tributária interna, através da racionalização de diversas despesas fiscais (...) Melhorar o cumprimento das obrigações fiscais e aumentar a eficiência das despesas através de reformas da despesa pública e da massa salarial, da reestruturação das empresas estatais, da racionalização das despesas correntes improdutivas e de uma melhor orientação dos subsídios e das transferências." Traduzindo: aumentar impostos, cortar o orçamento e privatizar empresas públicas. O FMI não se emenda.

Tanzânia também contra impostos

Não é só no Quênia que a África se agita: proprietários de lojas na Tanzânia fecharam seus comércios e entraram em greve devido ao que chamaram de estimativas fiscais injustas por parte das autoridades.

Rápidas

Em comemoração à Semana Municipal do Cooperativismo, a Unimed Nacional foi homenageada na terça-feira (25) na Câmara Municipal de São Paulo, proposta da vereadora Sandra Santana *** Consultor empresarial com carreira executiva em gigantes como J&J, Unilever e Parmalat, Yuri Trafane lança o livro *Os Quatro Papéis* na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi (SP), na próxima terça-feira (2), às 19h *** Club&Casa Design e Aproxima oferecem estágios remunerados para estudantes de arquitetura e urbanismo negros, pardos e indígenas. Inscrições até a 1ª semana de julho em lnkd.in/dAf7nZCP *** O webinário "Responsabilidade Ambiental na Previdência Privada", 2 de julho, 17h, tem organização da Apep e Ipcom, cujo presidente, professor de Direito Previdenciário da PUC/SP Wagner Balera, participará, assim como Ricardo Pena (superintendente da Previc), Bruno Funchal (CEO Bradesco Asset Management) e Roberto Leuzinger (CHRO Vinci Partners). Inscrições: lnkd.in/g7Jr9gvu

Aposentadoria continuará vinculada ao salário mínimo

Lula: 'Eu não considero isso gasto'

Ao descartar a desvinculação do piso das aposentadorias do salário mínimo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ementrevista ao Portal UOL nesta quarta-feira, afirmou que não vai mexer na política de valorização do salário mínimo. "Eu não considero isso gasto", disse, sobre o aumento dos salários.

"A palavra salário mínimo é o mínimo do mínimo que uma pessoa precisa para sobreviver. Se eu acho que eu vou resolver o problema da economia brasileira apertando o mínimo do mínimo, eu estou desgraçado, eu não vou para o céu, eu ficaria no purgatório", argumentou o presidente na entrevista.

"Preciso garantir que todas as pessoas tenham condições de viver dignamente. Por isso, nós temos que tentar repartir o pão de cada dia em igualdade de condições. Você acha que eu quero que empresário dê prejuízo? Eu não sou doido! Porque, se ele der prejuízo, eu vou perder meu emprego. Eu quero que o empresário tenha lucro, mas eu quero que ele tenha a cabeça, como teve o Henry Ford, quando disse: 'eu quero que meus trabalhadores ganhem bem para eles poderem comprar os produtos que eles fabricam'. Se essa filosofia predominasse na cabeça de todo mundo, este país estava maravilhoso", acrescentou Lula.

Segundo a Agência Brasil, em audiência pública no Congresso Nacional, neste mês, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que o governo está revisando os gastos e que a discussão está sendo feita apenas internamente.

A equipe econômica estuda a possibilidade de "modernizar" as vinculações de benefícios trabalhistas e previdenciários, não relacionados à aposentadoria, como o benefício de prestação continuada (BPC), o abono salarial e o seguro-desemprego.

Durante a entrevista desta quarta-feira, Lula também afirmou que a política de valorização do salário mínimo será mantida enquanto for presidente da República. Para ele, esta é a forma de distribuir a riqueza do país. A política prevê reajuste anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais a variação positiva do Produto Interno Bruto de dois anos antes. Caso o PIB não tenha crescimento real, o valor a ser reajustado leva em conta apenas o INPC.

"Você tem sempre que colocar a reposição inflacionária para manter o poder aquisitivo, e nós damos uma média do crescimento do PIB dos últimos dois anos. O crescimento do PIB é exatamente para isso. O crescimento do PIB é para você distribuir entre os 213 milhões de brasileiros, e eu não posso penalizar a pessoa que ganha menos", afirmou Lula.

Reforma da Previência

Já estudo do Centro de Liderança Pública (CLP) apontou que uma proposta de reforma da Previdência baseada em desvinculação do salário mínimo é viável para o controle fiscal e não vai prejudicar os mais pobres. Essa é a argumentação da mais recente nota técnica elaborada pela organização. Em articulação conjunta com Simone Tebet, também tem defendido a desvinculação da Previdência do salário mínimo, sob a justificativa de que a medida não traz impacto para a parcela mais pobre da população.

"Os dados indicam que a desindexação do salário mínimo, se tivesse sido implementada em 2012, não teria levado a aumento algum nos índices de pobreza, mantendo as taxas de pobreza extrema e intermediária estáveis. Este resultado sugere que ajustes nos benefícios, alinhados com a inflação (INPC), poderiam ser uma estratégia viável para o controle fiscal sem deteriorar substancialmente o bem estar dos beneficiários mais vulneráveis", avaliou a nota técnica do CLP.

Para chegar a essa conclusão, o CLP fez uma simulação de qual seria o impacto na aposentadoria dos mais pobres se, de 2012 até 2023, a Previdência não fosse vinculada ao salário mínimo, levando apenas em consideração que os benefícios seriam ajustados com base na inflação acumulada. O levantamento utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2023.

A nota técnica também identificou que mudanças na aposentadoria rural, incluindo o aumento da idade mínima e a desvinculação do salário mínimo, praticamente não teriam influência entre os mais vulneráveis. "Essas mudanças são consideradas praticamente nulas em termos de impacto sobre a pobreza, indicando que as reformas poderiam ser implementadas sem causar danos significativos à população rural", analisou a nota.

As taxas de pobreza extrema e intermediária são de 4,4% e 10,2%, respectivamente. Sob o cenário de desindexação, as taxas de pobreza mantêm-se estáveis em comparação com o observado, indicando que a desindexação por si só não teria impacto nenhum nos níveis de pobreza. Ao considerar a desindexação combinada com as reformas na aposentadoria rural, observa-se um ligeiro aumento na pobreza intermediária para 10,6%, enquanto a pobreza extrema permanece praticamente inalterada em 4,7%.

"O CLP avalia que as simulações são fundamentais para compreender os impactos das políticas futuras em relação às reformas previdenciárias. E afirma que, ainda que haja preocupações legítimas quanto ao impacto sociais destas, os dados de 2023 mostram que, pelo menos em termos de pobreza e desigualdade, os efeitos podem ser gerenciados de forma que não comprometam os mais vulneráveis, ao mesmo tempo que ajudam a estabilizar fiscalmente o sistema previdenciário brasileiro em um contexto de rápida alteração demográfica e envelhecimento da população", diz a nota, que acrescenta que "além da questão social, a desvinculação do piso da Previdência ao salário mínimo, combinada com reformas na aposentadoria rural, pode gerar uma economia robusta para o orçamento do governo federal. Em nota técnica elaborada em maio, o CLP avaliou que as medidas, somente em 2035, vão poupar aos cofres públicos aproximadamente R$ 110 bilhões, o equivalente a quase 1% do Produto Interno Bruto."

13º para aposentados pressiona déficit primário

Pressionadas pela antecipação do décimo terceiro a aposentados e pensionistas, as contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) fechou maio com déficit primário de R$ 61 bilhões. O valor representa aumento real (acima da inflação) de 30,4% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Este é o segundo pior déficit para meses de maio desde 2020, no início da pandemia de Covid-19. Na ocasião, o resultado negativo tinha ficado em R$ 126,635 bilhões. O resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras mas a sazonalidade deverá ser compensada no resultado acumulado do ano.

Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R$ 38,5 bilhões em maio. Nos cinco primeiros meses do ano, o Governo Central registra déficit primário de R$ 30 bilhões. No mesmo período do ano passado, havia superávit primário de R$ 1,834 bilhão.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

Segundo a Agência Brasil, no fim de maio, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R$ 14,5 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB. Com a arrecadação recorde do início do ano, o governo desbloqueou R$ 2,9 bilhões e manteve a estimativa de arrecadar R$ 168 bilhões em receitas extras em 2024 para cumprir a meta fiscal.

, na comparação com maio do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa da antecipação do décimo terceiro do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e de gastos com o Bolsa Família. No último mês, as receitas líquidas subiram 13,2% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 9%. No mesmo período, as despesas totais subiram 18,5% em valores nominais e 14% após descontar a inflação.

O d[eficit primário ocorreu apesar da arrecadação federal recorde em maio. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 14,3% em maio na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia, e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

AB2L - A Associação Brasileira de Lawtechs e Legaltechs (AB2L) realizará, no dia 30 de Julho (terça-feira), no Centro de Convenções Frei Caneca, em São Paulo, a edição de 2024 do AB2L Lawtech Experience. O evento presencial vai reunir grandes nomes do Direito e tecnologia do Brasil e do mundo, além de servir como palco para o lançamento do PIDJ (Padrão de Interoperabilidade de Dados Jurídicos), API que possibilitará a conexão imediata de Lawtechs em todo o Brasil, iniciativa inédita no mundo.

CURSOS GRATUITOS - O projeto A Arte Gerando Renda está de volta e vai abrir 300 vagas para cursos gratuitos de capacitação profissional no Caju, Zona Portuária da cidade. As inscrições serão realizadas a partir de 1º de julho, com as aulas programadas para iniciarem em 31 de julho. Com o objetivo de promover a qualificação profissional de moradores de comunidades, os cursos incluem maquiagem social, tranças e turbantes, maquiagem artística, artesanato, decoração de unhas e fantasias e adereços. Cada curso terá a duração de dez semanas e tanto o material de aula quanto os uniformes serão fornecidos gratuitamente pela ONG Favela Mundo, entidade que promove o projeto. Ao término do programa, os alunos receberão certificados de conclusão, valorizando suas conquistas e competências adquiridas. Para se inscrever, os interessados devem ter mais de 15 anos, sem limite máximo de idade.

LEITURA - A Livraria Leitura, a maior rede de livrarias em unidades físicas no Brasil, comemora um marco especial: 57 anos de atividades dedicadas a promover a cultura e a leitura no Brasil. Para celebrar esta data tão significativa, a empresa intensifica o apoio para a campanha "Visite uma Livraria", promovida pela Associação Nacional de Livrarias (ANL). Ao visitar uma livraria, os leitores encontram um espaço de conexão entre livreiros, autores, editores, distribuidores e outros leitores, além de fortalecer esses estabelecimentos como vitrines para o lançamento de novos títulos. Acredita-se que as livrarias são mais do que lugares de compra; são espaços de encontro, descoberta e inspiração, cada visita é uma oportunidade de explorar novos mundos por meio das páginas de um livro. Durante todo o ano de 2024, a ação se estenderá pelas redes sociais, adaptando-se às datas comemorativas e incentivando a interação com a hashtag #VisiteUmaLivraria. Mais informações em leitura.com.br.

BIBLIOTECA TIM LOPES - Neste sábado, 29 de junho, às 10h, o projeto Favelivro inaugura sua 40ª Biblioteca Comunitária em Bonsucesso, na Rua Eudoro Berlinck, 34. Desta vez, a personalidade homenageada para dar nome à biblioteca é o jornalista Tim Lopes. O acervo inicial da biblioteca conta com 2000 livros, todos vindos de doações. A ideia do projeto Favelivro é incentivar a educação e a cultura através da leitura, criando bibliotecas e atividades literárias em comunidades e escolas públicas do Rio. As bibliotecas comunitárias são criadas a partir de um pedido dos moradores e, após montadas, sua gerência fica a cargo da própria pessoa ou grupo solicitante. O Favelivro fica responsável por montar fisicamente a biblioteca, estantes e estrutura básica, fornecer o acervo inicial por meio de doações, realizar a conexão com o patrono escolhido pelos moradores da comunidade, produzir e divulgar a inauguração. Para doar livros ou pedir uma biblioteca, os interessados devem se comunicar pelo Instagram @favelivro ou pelo telefone da fundadora do projeto, Verônica Marcilio, (21) 983668117. Os livros são recolhidos nas residências pelos voluntários. Endereço: Rua Eudoro Berlinck, 34, Bonsucesso, Rio de Janeiro-RJ. Instagram: https://www.instagram.com/favelivro/

TURMA DA MÔNICA - Referência em apoio escolar, a Ensina Mais Turma da Mônica está com um plano de crescimento agressivo no Brasil. A marca que faz parte do Grupo MoveEdu, maior empresa de cursos profissionalizantes do país, almeja finalizar o ano com 115 escolas. Dentro das metas de expansão, a rede ampliou sua presença em mais uma cidade, dessa vez em Vila Velha, no Espírito Santo, região Sudeste do país. Essa é a segunda escola da marca no estado, com cursos voltados para alunos a partir de seis anos, que estão no Ensino Fundamental. Para ser franqueado da rede, é necessário investir a partir de R$ 150 mil, valor que engloba taxa de franquia e capital de giro. A marca, que detém o licenciamento da Turma da Mônica, foi fundada em 2012 e conta atualmente com 92 escolas.

Dia das MPMEs: empreendedorismo como base de sustentação da economia

Celebrada em 27 de junho desde 2017, a data instituída pela ONU, com o objetivo de reconhecer importância econômica e social deste segmento em todo o mundo, posiciona o Brasil em um cenário de liderança no mercado empreendedor, chegando a movimentar 30% do produto interno bruto (PIB), de acordo com levantamento do Sebrae.

Somente no primeiro trimestre de 2024, o PIB brasileiro teve alta 0,8%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), impulsionado pelo setor de comércio, com forte presença das MPMEs. Em valores correntes, a economia brasileira acumulou R$ 2,7 trilhões entre janeiro e março, e as MPMEs movimentaram quase um terço disto, mais de 600 bilhões.

De acordo com o boletim Mapa de Empresas, divulgado pelo Ministério do Empreendedorismo, no primeiro quadrimestre de 2024, foram abertas 1.456.958 empresas, o que representa um aumento de 26,5% em relação ao último quadrimestre de 2023 e aumento de 9,2% quando comparado ao primeiro quadrimestre de 2023. No mesmo período, foram fechadas 854.150 empresas, representando aumento de 24,4% no quantitativo de empresas fechadas se comparado com o último quadrimestre de 2023, além de aumento de 15,5% em relação ao mesmo período em 2023. Os resultados revelam um saldo positivo de 602.808 empresas abertas, com um número total de 21.738.420 empresas ativas.

Outro fator que merece destaque ao avaliar o impacto econômico dessas empresas é o da geração de empregos formais. De acordo com o Sebrae, em relatório produzido com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério da Economia, as MPEs são responsáveis por 80% das vagas de empregos formais geradas no país.

Somente em 2023, foram abertas mais de 1,1 milhão de vagas com carteira assinada por micro, pequenas e médias empresas. No mesmo período, as grandes companhias criaram cerca de 14,2% das vagas formais.

Décio Lima, presidente do Sebrae, ressaltou a posição do Brasil como líder na geração de empregos nas Américas e destacou a importância de estabelecer parcerias com organizações internacionais.

Ainda na perspectiva profissional e de geração de emprego, as MPMEs enfrentam uma série de desafios, como acesso limitado ao financiamento e crédito, falta de capacitação, obstáculos regulatórios e dificuldades para enfrentar a concorrência de empresas maiores.

Segundo o analista de mercado Marco Juarez Reichert, conselheiro de administração, CEO da Reichert Advisors e especialista em micro, pequenas e médias empresas, os dados apontam as MPMEs como motor da recuperação econômica do país, o que requer uma atenção especial. Contudo, o especialista ressalta a falta de mão de obra qualificada como o maior empecilho ao crescimento:

"A questão da deficiência de capacitação é um fato. Não somente no Rio Grande do Sul e estados do Sul do país, mas também em São Paulo, onde presto consultorias frequentemente e em outros importantes centros financeiros do país. E isso tem um impacto grande na gestão de eficiência das empresas, nos mais diversos segmentos. Nós temos uma boa mão de obra no Sul, mas ainda assim existem setores que apresentam carência. Durante a pandemia, esta questão se tornou muito flagrante, sobretudo no segmento de tecnologia, dentre outros que necessitam de mão de obra ultra especializada. Na área de TI, durante a pandemia, para achar profissionais de ponta em tecnologia, era uma dificuldade muito grande e ainda hoje pouco se investiu nisso."

Reichert, que teve um estudo sobre Indústria 4.0 publicado em 2021, o livro A Metamorfose do Vencedor, pela editora Alta books, ressalta que o Brasil se encontra atrasado no que diz respeito a políticas públicas voltadas ao setor de tecnologia:

"É fundamental a criação de uma política de Estado, para o fomento à mão de obra qualificada na área de engenharia de TI, internet das coisas, inteligência artificial e tantas outras possibilidades que envolvem Indústria 4.0, por meio de escolas técnicas e revisão do conteúdo curricular de universidades, muitas vezes construído pró-forma, sem a devida profundidade. A União necessita desenvolver uma política integrada, envolvendo ministério da Economia, do Empreendedorismo, da Educação, em parceria público-privada, do contrário nada se resolverá. Isto é urgente no Brasil, pois muitas empresas MPMEs e talentos empreendedores ficam à margem do seu real potencial de crescimento por falta de mão de obra e falta da criação de acesso à linhas de crédito específicas para se investir em tecnologia, como automação, robótica, tudo isso precisa de dinheiro e mão de obra."

Enchentes

Atingido por enchentes em diversas cidades, o Rio Grande do Sul tem uma contribuição significativa no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Quinto maior PIB estadual do Brasil atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, segundo dados do IBGE, o estado figura entre a liderança na criação de MPMES.

Em 2023, o estado gaúcho representou 5,9% do PIB nacional, somando R$ 640,23 bilhões. Enquanto isso, o PIB per capita da região ficou em R$ 55.454, 10,5% maior que a média do país.

Segundo levantamento de 2022 da Confederação Nacional de Indústrias (CNI), as micro empresas (até 9 funcionários) representavam 75% das empresas gaúchas, as pequenas empresas (10 a 49 empregados) 8%, as médias empresas (50 a 249 empregados) representam 4,2%, e as grandes empresas (acima de 250 empregados) correspondem a 1% do total.

Por este motivo, o impacto das chuvas que atingiram 475 municípios, mais de meio milhão de pessoas desalojadas e 175 mortos, é significativo para a economia de todo o país e já se reflete em perdas que ultrapassam a casa dos bilhões para a economia do país.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima que as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul já tenham gerado um prejuízo de R$ 3,32 bilhões. De acordo com a CNC, o estado vem sofrendo uma perda diária de receitas na ordem de R$ 123 milhões.

Em projeção nacional divulgada no último dia 3 de junho, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) calcula que a tragédia climática no Rio Grande do Sul terá um impacto de R$ 39,4 bilhões no PIB (Produto Interno Bruto) em 2024.

Segundo o relatório, antes do desastre, a projeção era de um aumento de 4,7% do PIB gaúcho. Agora, é esperada uma perda de 0,6%. A queda de 5,3 p.p. tem como referência as experiências com o ciclone que atingiu o Estado em 2008 e a pandemia de covid. O Rio Grande do Sul tem participação em 6,5% do Produto Interno Bruto nacional.

"Veja só, segundo o portal do CNI, com dados de 2022, as grandes empresas abrangem 37% dos empregos formais, sendo 27% nas indústrias. Aí você o quanto se emprega formalmente fora deste grande espectro e a importância de se ter essa enormidade de micro, pequenas e médias empresas. O espírito empreendedor, do profissional que assume um risco para defender sua renda familiar, se multiplica e tem uma importância socioeconômica imensa, é o que mais gera emprego. Então, as MPMEs são um pilar de qualquer estado e do Rio Grande do Sul nem se fala. Neste momento de crise, de tragédia, o abismo entre grandes e pequenas empresas se aprofunda. As grandes têm mecanismos de defesa, consultorias, linhas de crédito, às micro, pequenas e médias, não. É fundamental agora uma política pública com o olhar voltado para as MPMEs, até mesmo com linhas de subvenção à fundo perdido. Para evitar um efeito dominó, dentro e fora do Rio Grande do Sul. Estas empresas são um importante motor da economia." conclui Reichert.

Educbank Pagamentos Educacionais S.A.
CNPJ/MF nº 37.315.476/0001-21 - NIRE 35.300.555.201
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação
Ficam convocados os Acionistas da **Educbank Pagamentos Educacionais S.A.** ("Companhia"), conforme disposto no Artigo 8, do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 4.1.2 e 4.1.3 do Acordo de Acionistas, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, no dia 04 de julho de 2024, às 08h45, com a presença de acionistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito de voto, ou, em segunda convocação, no dia 10 de julho de 2024, às 08h45, com a presença de qualquer número dos acionistas com direito de voto, em ambiente virtual pelo link https://us02web.zoom.us/j/5058965956?pwd=VUJJUGVtSU9iWHd4TGw2T3E2b3ZyUT09, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a reeleição de Danilo Pereira da Costa Filho, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 62.587.444 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.217.401-08, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Salvador Cardoso, 67, 10º Andar, Itaim Bibi, CEP 04533-050, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia.
São Paulo, 25 de junho de 2024.
Danilo Pereira da Costa Filho
Presidente do Conselho de Administração

Os entulhos da hiperinflação que ficaram e que não são discutidos

Por Jorge Priori

Tendo em vista a celebração dos 30 anos do Plano Real, conversamos com o economista Roberto Luiz Troster sobre os entulhos do período hiperinflacionário que ficaram e que, praticamente, não são discutidos.

Quais são os entulhos do período hiperinflacionário que ficaram e que ninguém discute?

O principal é que a intermediação financeira não se adaptou à moeda estável. Na época da hiperinflação, a intermediação foi muito importante, pois conseguia preservar o valor da moeda nacional e dar crédito de curtíssimo prazo durante as compensações de cheques. Ocorre que a hiperinflação e os cheques acabaram, mas nós continuamos com o mesmo sistema de intermediação.

Nós também temos a tributação do crédito, sendo que o Brasil é o único país do mundo que tem esse tipo de tributação. Quando uma pessoa pega dinheiro emprestado em um banco, além de pagar os juros, ela tem que pagar o imposto sobre essa operação (IOF – Imposto sobre Operações Financeiras). Na prática, como o recolhimento do imposto é de responsabilidade da instituição que dá o crédito, isso aumenta o custo da operação.

Ainda relacionado à intermediação, nós temos os depósitos compulsórios, que estão na ordem de R$ 600 bilhões. Isso porque quando os bancos captam recursos, eles têm que deixar parte desse valor no Banco Central. Essa era uma forma de rolar a dívida pública que fazia sentido, pois numa época de inflação alta, o Brasil tinha um "imposto inflacionário" na ordem de 3,5% do PIB, sendo que o governo usava os depósitos compulsórios para se apropriar de parte desse "imposto". Hoje, isso não faz mais sentido.

Com relação às indexações, além de elas retroalimentarem a inflação, elas alimentam a ineficiência. Isso porque nós temos diversos tipos de indexadores no crédito, o que acaba sendo uma salada de índices que complicam muito, já que o preço do dinheiro no tempo é a taxa de juros. Ponto. Não é a taxa de juros mais CDI, por exemplo. Essa dinâmica do crédito, que fazia sentido no sistema hiperinflacionário, não faz sentido hoje.

Outra distorção é a correção de dívidas fiscais. Quanto pior for a administração das finanças por parte do governo, maior o déficit, maior a inflação e maior a Selic, que é o índice de correção das dívidas fiscais. Para que você tenha uma ideia, o Brasil tem, aproximadamente, R$ 5 trilhões em dívidas fiscais, com grande parte corrigida pela Selic, e 25 milhões de processos, só que desde o início do Plano Real, a Selic cresceu 10 vezes mais que a inflação.

Nos últimos 30 anos, a inflação foi menor que a inflação dos 6 meses anteriores ao início do Plano Real. Nesse sentido, parabéns, mas esse sucesso não se refletiu no crescimento. Uma moeda estável é um instrumento para fazer uma economia crescer, aumentando o bem-estar da sociedade, mas isso não está acontecendo.

Qual a sua avaliação sobre a continuidade da indexação, onde a inflação do ano anterior alimenta a inflação do ano seguinte?

Por mais que existam alguns itens que precisam ser indexados, os preços deveriam ser de mercado. Como a inflação é um conflito distributivo, pois nem todos os preços aumentam da mesma maneira, existem algumas coisas que precisam ser indexadas, como, por exemplo, as aposentadorias até um determinado nível de renda. A partir desse nível, não seria preciso indexar as aposentadorias. O problema é que no Brasil, além de se indexar, se abusa das indexações. Por exemplo, quando se indexa as aposentadorias ao salário mínimo, com o objetivo de se aumentar a renda, nós temos mais déficit num país que já está com um déficit brutal.

O Chile, da mesma forma que o Brasil, é um país que teve um passado hiperinflacionário destrutivo, mas que utiliza o sistema de juros simples. O sistema de juros compostos utilizado pelo Brasil pode ser considerado um desses entulhos hiperinflacionários que ficaram?

Roberto Luiz Troster

Sim, pode, até pelo valor dos juros. Eu já fiz um artigo com uma juíza sobre um processo que ela julgou onde a correção de uma dívida gerada pela venda de um Fusca estava num montante que dava para comprar uma Ferrari, já que os juros sobre juros viram uma bola de neve incontrolável.

Com relação aos depósitos compulsórios, como eles impactam, na prática, a economia?

Os depósitos compulsórios são um custo. Se eu te falar que metade do seu salário vai ficar congelado no banco, isso será um custo para você. Como os bancos são obrigados a deixarem congelado parte do dinheiro que captam no Banco Central, isso aumenta o custo de captação. Se nós não tivéssemos os depósitos compulsórios, o custo do dinheiro baixaria.

Uma coisa que ninguém fala, mas que já começa a ser discutido, é a colocação do custo do dinheiro nos índices de inflação. Da mesma forma que esses índices englobam itens como água, luz, feijão e arroz, eles também deveriam englobar o quanto as pessoas gastam com juros.

Com a proximidade dos 30 anos do Plano Real e com tantos discursos superbonitos que estão sendo feitos, não seria uma boa oportunidade para se discutir uma segunda fase do Plano Real e a correção dos entulhos do período hiperinflacionário que ficaram?

Seria oportuno. Eu até estou trabalhando num artigo sobre os próximos passos do Plano Real depois de 30 anos. De forma geral, nós tivemos algumas mudanças, como a política cambial. No início do Plano, nós tivemos uma política anti-inflacionária com agregados monetários que não deu certo. Depois disso, foi implementada a banda fixa, que funcionou por um tempo. Em 1999, veio o Armínio Fraga com o tripé câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal.

Na intermediação, se por um lado nós tivemos alguns avanços, como o SPB (Sistema Brasileiro de Pagamentos), por outro nós tivemos retrocessos, como o aumento da tributação do crédito e dos depósitos compulsórios.

Todo mundo fala dos benefícios do Plano Real, mas o seu custo é que nós não temos crédito compatível com a sofisticação do sistema financeiro. Isso faz com que tenhamos mais pessoas negativadas, menos crédito e menos crescimento. Se quisermos usufruir do que foi feito pelo Plano Real, nós temos que modernizar isso.

Você vê alguma discussão nesse sentido no Congresso Nacional?

Não, nenhuma.

Por exemplo, até hoje existem cálculos de dívida onde o saldo devedor sofre correção monetária para depois haver a incidência de juros. Por mais que isso seja um absurdo, isso é feito com a maior naturalidade do mundo e sem qualquer questionamento. Depois de 30 anos do Plano Real, não corremos o risco de esses entulhos do período hiperinflacionário serem incorporados a nossa realidade e deixarem de ser questionados de uma vez?

Sim, pois as pessoas se acostumam com esses pesos a mais. E o custo está aí, com o país crescendo 2% ao ano por causa de um peso que tem que ser carregado. Isso se transformou em menos crescimento, menos educação, menos saúde, menos saneamento e menos infraestrutura.

Incentivo para recriar Bolsa de Valores no Rio

Câmara de Vereadores aprova iniciativa da Prefeitura

Com a finalidade de colocar a cidade do Rio de Janeiro novamente no mapa do mercado financeiro, a Câmara dos Vereadores aprovou, por 37 votos a favor e cinco contra o Projeto de Lei 3276/2024, de iniciativa da Prefeitura do Rio, para criar incentivos para instalação de uma nova Bolsa de Valores na cidade.

A cidade foi sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) - que foi a mais antiga do país, criada em 1808 - chegou a ser a mais influente na América Latina mas descontinuada em 2002, quando foi incorporada pela Bolsa de Valores de São Paulo, criando a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Além disso, o Rio é sede da Comissão de Valores Mobiliários, que regulamenta esse mercado, e de grandes gestoras e empresas.

"Queria agradecer à Câmara dos Vereadores pela aprovação de um projeto de lei que cria uma série de incentivos, medidas, para que a gente volte a ter uma Bolsa de Valores no Rio de Janeiro. Isso é de um impacto incrível para a cidade e vai nos permitir recuperar o nosso protagonismo econômico. É o Rio retomando e avançando. Ninguém segura o Rio de Janeiro", afirmou o prefeito Eduardo Paes em sua rede social.

O Projeto de Lei altera a redação do artigo 33 da Lei Municipal nº 691, de 24 de dezembro de 1984, reduzindo para 2% o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) que incide sobre as atividades a serem desempenhadas por uma bolsa de valores, mercadorias e futuros, bem como sobre as atividades exercidas por sociedades que atuam na negociação, liquidação e custódia de ativos financeiros.

Mais cedo, em audiência pública, o secretário Chicão Bulhões apresentou aos vereadores as vantagens de se estimular a instalação de uma nova Bolsa de Valores no país, sediada na cidade do Rio. O secretário destacou o impacto deste mercado na economia e destacou a aprovação pela Câmara de projetos como o ISS Neutro, além de citar que ações da prefeitura viabilizaram a instalação no Rio da bolsa de crédito de carbono, parceria da B3 com a ACX Brazil. Participaram do encontro com os vereadores o subsecretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação da SMDUE, Marcel Balassiano, o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Josier Vilar, e demais representantes da ACRJ, o coordenador do MBA em Gestão Financeira da FGV, Ricardo Teixeira.

"É uma conquista importante para cidade, claro, e vai ao encontro a todo o trabalho que temos feito para atrair mais investimentos para o Rio. Com a possibilidade de vinda da Bolsa para o Rio nós ajudamos a consolidar esse mercado novamente, e abrimos espaço para a criação de oportunidades de trabalho de mais qualidade para os cariocas, movimentando a economia do Rio", comemorou o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico, Chicão Bulhões.

O setor financeiro, no triênio 2021-2023, foi o quarto maior pagador de impostos (ISS) do Rio, com o valor de R$ 1,5 bilhão, segundo dados da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento (SMFP) compilados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE). Esse montante representou 9,1% da arrecadação total. O setor conta com 68,5 mil trabalhadores (3,7% dos trabalhadores cariocas), gerando 2,7 mil novos empregos entre 2021-2023. Além disso, o trabalhador do setor financeiro carioca ganha R$ 9,5 mil por mês, um valor bem superior à média do trabalhador brasileiro (R$ 3,8 mil por mês).

Transações bancárias pelo celular crescem 251% em cinco anos

Sete em cada dez transações bancárias dos brasileiros são feitas pelo celular, consolidando esse meio como o preferido da população para seu relacionamento financeiro. Entre 2019 e 2023, as transações pelo smartphone tiveram um significativo crescimento de 251% no país - enquanto o volume de transações totais dobrou, as movimentações pelo smartphone cresceram 3,5 vezes no país. Em 2023, foram feitas 130,7 bilhões de operações bancárias nos smartphones dos clientes, um avanço de 22% na comparação com o ano anterior.

É o que revela o 2° volume da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2024 (ano-base 2023), realizada pela Deloitte, organização com o portfólio de serviços profissionais mais diversificado do mundo, e divulgada nesta quarta-feira, em coletiva de imprensa no Febraban Tech 2024, o maior evento de TI da América Latina, que ocorre até esta quinta-feira, em São Paulo.

Os brasileiros também estão utilizando cada vez mais serviços bancários. Em 2023, fizeram 186 bilhões de transações nos vários canais de atendimento disponibilizados pelas instituições financeiras, um aumento de 19% frente ao ano anterior. A pesquisa mostra ainda que as transações pelos canais digitais dos bancos, que além do celular também incluem o internet banking e aplicativos de mensagens, correspondem a 79% do total, ou seja, praticamente 8 em cada 10.

"O celular se consolidou como o canal preferido dos brasileiros para suas operações bancárias. A pesquisa mostra mais uma vez a grande aceitação do público com o mobile banking, devido à eficiência e praticidade nas operações do dia a dia. O brasileiro é um povo tecnológico e a tendência é que as transações com o smartphone continuem em ascensão", avalia Rodrigo Mulinari, diretor responsável pela Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária.

Sergio Biagini, sócio-líder da Indústria de Serviços Financeiros da Deloitte, acrescenta que, em média, 52 transações mensais são feitas por conta no canal mobile banking. Do total de clientes ativos no mobile, 72% são heavy users, ou seja, clientes que fizeram mais de 80% das suas transações neste canal nos últimos três meses. A praticidade e a conveniência oferecida por dispositivos móveis os tornam os preferidos dos clientes - para os heavy users, os acessos às plataformas bancárias ocorrem pouco mais de uma vez ao dia.

"Fica claro que o mobile banking se consolidou como o principal canal de relacionamento dos bancos com seus clientes, resultado dos avanços tecnológicos, da cibersegurança e da mudança no comportamento do consumidor nos últimos anos. Apesar deste domínio do mobile, ainda há muito espaço para avançarmos neste canal, principalmente na experiência entregue e na assertividade do relacionamento desenvolvido neste ambiente. Isto reforça a importância de continuarmos investindo em tecnologia e inovação, para oferecer experiências cada vez mais personalizadas e eficientes", avalia Biagini.

II Workshop Conhecer para Proteger

As beneméritas MAG, Previscore Brasil, Peper (Proteção Escolar Permanente) e Icatu participam do II Workshop Conhecer para Proteger, promovido pelo Clube de Seguros de Pessoas de Minas Gerais (CSP-MG), no dia 4 de julho, das 8h30 às 12h, no auditório do SindSeg MG/GO/MT/DF, em Belo Horizonte.

A gerente Comercial Canal Educacional da MAG, Angélica Bispo, vai abordar o novo produto educacional de proteção financeira, lançado recentemente pela companhia, que complementa o AP Escolar já comercializado.

Rildo Sousa, diretor Comercial da Previscore Brasil, apresentará novidades da assessoria para que o corretor possa rentabilizar sua carteira por meio de oportunidades nos segmentos de pessoas, crédito e eficiência energética.

Já a diretora do Peper, Elaine Patente, discorrerá sobre o tema "Como as famílias e as escolas são impactadas pelo seguro educacional, seja no AP ou na área financeira".

O gerente Comercial da Icatu, Herbert Paolinelli, falará sobre a utilização do seguro para se promover o planejamento sucessório nas empresas, além de mencionar as soluções ofertadas pela seguradora nessa linha de negócios. Após cada apresentação, os executivos serão convidados a responder dúvidas da plateia. Quem faz a mediação é o diretor do Clube, professor Maurício Tadeu Morais.

O presidente do CSP-MG, João Paulo Moreira de Mello, lembra que o evento é gratuito e aberto a todos agentes do mercado. "Nossa intenção é promover a capacitação, incentivar o networking e fomentar novos negócios, o que contribui para o crescimento do nosso setor".

As inscrições do II Workshop Conhecer para Proteger devem ser feitas acessando: https://forms.gle/nhcieEkCD4b5sqNa https://forms.gle/nhcieEkCD4b5sqNaA

ALM amplia os serviços na consultoria jurídica com o Demarest

A Seguradora ALM, que tem investido na difusão dos seus produtos após receber a licença da Susep para operar em todo o território nacional, amplia a consultoria jurídica com o Demarest. O planejamento estratégico para 2024 vem sendo produzido em parceria com o escritório de advocacia que atende as principais companhias de seguros e empresas prestadoras de serviços ligadas ao setor.

O Demarest assessora a seguradora ALM em diversas frentes de trabalho, como assuntos societários, assuntos regulatórios junto à Susep e de desenvolvimento de produtos. Em relação ao desenvolvimento de produtos, a empresa tem como objetivo aumentar o acesso aos seguros, por uma parte da população que atualmente não possui esse acesso.

"Temos assessorado a ALM em diversas frentes de trabalho, tais como assuntos societários, assuntos regulatórios junto à Susep e de desenvolvimento de produtos. Em relação ao desenvolvimento de produtos, eles visam ampliar o acesso aos seguros por uma parte da população que atualmente não possui esse acesso", afirmou André Alarcon, sócio das áreas de Fusões e Aquisições, Seguros e Resseguros do Demarest.

Com 76 anos de atuação, o Demarest é um dos escritórios de advocacia mais respeitados do Brasil e da América Latina, posição que é reforçada por rankings de uma variedade de publicações, incluindo Chambers, The Legal 500, Leaders League, Latin Lawyer e Análise Advocacia. Com endereços em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Nova York, oferece serviços jurídicos com o mais alto padrão de qualidade e excelência. Em 2022, também foi reconhecido pelo Instituto Mais Diversidade, em parceria com o Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+ e a Human Rights Campaign Foundation (HRC), como uma das melhores empresas para os profissionais LGBTI+ trabalharem.

"Buscamos a excelência nessa etapa de transformações na Seguradora ALM, onde é preciso efetuar um acompanhamento na elaboração de produtos que atendam todas as necessidades do consumidor final. A composição das nossas coberturas, assistências e benefícios contam com a segurança e eficiência dos serviços jurídicos do Demarest, para que possamos iniciar uma jornada empresarial, tendo o suporte de uma consultoria especializada", concluiu Alexandre Dominguez, CEO da Seguradora ALM.